



Senhor Presidente da Assembleia Legislativa

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e senhores membros do Governo

Senhoras e senhores deputados

No início desta legislatura gostaria de começar por saudar o senhor Presidente da Assembleia Legislativa e todos as senhoras e senhores deputados, desejando a todos, que o exercício do vosso mandato corresponda às expectativas que os açorianos em vós depositaram.

Saúdo o senhor presidente do governo e as senhoras e senhores membros do governo, formulando votos para que o exercício das vossas funções corresponda aos anseios e aspirações de todos os açorianos, a bem dos Açores.

Debatemos hoje um dos documentos mais estruturantes desta legislatura: o Programa de Governo, um Programa de Governo que não tendo sido apresentado pelo partido mais votado pelos açorianos nas últimas eleições, nem o programa sobre o qual os açorianos tiveram a oportunidade de se pronunciar e, muito menos o programa que mais açorianos escolheram, procura no entanto, assegurar as condições de viabilização que correspondam à nova composição desta assembleia .

Sendo um documento programático importa também refletir e debater se este programa corresponde às expectativas que os açorianos depositaram em cada um dos partidos no momento da sua opção de voto.

A primeira nota a salientar é que o programa de governo altera substancialmente as prioridades e a narrativa com que abordaram o período eleitoral.

Se até às eleições o combate ao Covid e as suas consequências sociais e económicas não eram referenciados e até foram consideradas como desculpa,



esta realidade alterou-se, após as eleições, passando a ser também a prioridade, de quem, antes criticava a valorização desta pandemia na acção governativa.

Esta alteração que registamos, dá-nos razão quando definimos o combate ao covid e às suas consequências sociais e económicas como fator determinante da acção governativa.

Efetivamente o combate ao covid e às suas consequências sociais e económicas, era e continuará a ser, afinal, o grande desafio que condiciona o nosso futuro próximo e influencia determinantemente as políticas públicas dos próximos tempos.

O caminho percorrido nos últimos 10 meses protegendo, até ao limite das nossas competências e dos nossos recursos, a saúde dos açorianos, o rendimento das famílias, a manutenção do emprego e das empresas, foi conseguido com muito esforço, muita determinação, muita inovação, e é um esforço que tem de ser continuado com eficácia e intensidade.

É este o desafio que urge continuar a vencer a bem dos Açores e dos açorianos.

Felizmente, já nesta legislatura, decorrente da produção de vacinas eficazes e cientificamente comprovadas, este desafio deixará de ter uma incerteza temporal, para ter pela primeira vez e com responsabilidade, um fim à vista.

E para continuar a vencer este desafio importa ir mais além, ir muito mais além do que está definido nesta matéria, no Programa de Governo.

Para continuar a salvaguardar a saúde, para continuar a manter o emprego dos açorianos, para continuar a manter o rendimento das famílias e as empresas, neste período que ainda vivemos.

Não bastará anunciar que se vai aplicar na região, o que já se aplica diretamente, ou replicar na região medidas tomadas para o continente, é necessário pois, dar continuidade à criação de novas medidas regionais que se ajustem permanentemente à evolução da realidade de forma a continuarmos a manter a estabilidade social e económica nesta fase.

Neste sentido a proposta da Agenda para o Relançamento Social e Económico 2020-2022, que o anterior governo elaborou e colocou à discussão pública, constitui um contributo estruturante que incorpora já 250 medidas concretas para ajudar a concretizar e a vencer este desafio.

Precisamos, também, de ir muito mais além do objetivo genérico, de orientar mais fundos europeus para as empresas, porque não foi, não é, e não será, este um constrangimento.



Nenhuma empresa da Região ficou condicionada no seu investimento ou nos apoios atribuídos, por qualquer limitação ou restrição da dotação de fundos comunitários.

Os sistemas de incentivos ao investimento estiveram sempre abertos e as medidas de apoio às empresas e ao emprego nunca tiveram essa limitação.

As únicas limitações existentes assentam na regulamentação comunitária que define limites máximos de taxas de comparticipação ao investimento e limites máximos dos apoios ao funcionamento de cada empresa. E isso constitui regulamentação europeia, que tendo nesta conjuntura do covid sido mais flexibilizada foi imediatamente aproveitada pela Região no limite permitido pela Comissão Europeia para uma RUP.

As empresas açorianas dispõem dos mais intensos e abrangentes sistemas de incentivos ao investimento que é permitido no contexto europeu.

As empresas açorianas dispõem também de apoios significativamente superiores às restantes empresas do país para fazer face às consequências do covid, apoios que tem de continuar a ser reforçados e intensificados enquanto os efeitos e constrangimentos à atividade na sequência do covid perdurarem.

Continuar a conseguir manter a estrutura produtiva regional e o emprego dos açorianos neste período de pandemia é um desafio que urge continuar a vencer.

E para vencer este desafio a Região irá dispor, fruto do trabalho e conquista do Governo do PS, do maior volume de recursos financeiros de sempre.

Aos 420 milhões de euros de financiamento do atual QCA que serão ainda executados nos próximos 3 anos, soma-se o reforço do atual QCA já assegurado, ao qual, acresce ainda o novo Instrumento de Recuperação e Resiliência e o aumento significativo do novo QCA.

No imediato, o Orçamento de Estado de 2021 aumenta também as transferências para a Região ao abrigo da LFR, ao que acresce também o aumento significativo das transferências ao abrigo do IVA, face ao orçamento revisto deste ano e a autorização para um financiamento extra para fazer face aos efeitos do covid no próximo ano.

Este aumento muito significativo dos recursos financeiros colocados à disposição da Região constituem um forte contributo para continuar a tomar todas as medidas necessárias à manutenção do emprego, à coesão social, ao reforço e capitalização necessária das empresas e à sustentabilidade do serviço regional de saúde, que teve já este ano um reforço de financiamento, o que permitiu pela primeira vez equilibrar os resultados de exploração dos



hospitais, mesmo com o acréscimo significativo de custos do covid, conforme se comprova pelo relatório de execução financeira do 3º trimestre dos hospitais, que deverá ser remetido a esta assembleia brevemente.

Importa também continuar a reestruturar o sector publico empresarial regional, devendo, no entanto, ser salientado que nos últimos 3 anos foram extintas ou alienadas a participação direta e indireta da Região em 17 empresas publicas ou associações, cumprindo uma parte substancial do plano de reestruturação definido para a legislatura anterior.

Ao contrário do referido no programa de governo, não constitui a reestruturação do SPER um novo ou inovador objetivo da acção governativa.

No entanto a concretização deste objetivo constitui já uma contradição, quando estamos perante, o maior governo da historia da autonomia, com mais membros o governo, mais gabinetes, e mais direcções regionais.

Ao contrário do referido no programa de governo, não há uma redução de cargos políticos, mas sim, e desde já, um aumento cuja dimensão será conhecida devidamente com a definição das direcções regionais, não correspondendo já esta realidade à concretização do objetivo de racionalização das estruturas administrativas e dos seus custos.

O Programa de Governo define também como intenção genérica a criação de um plano de simplificação e desburocratização da Administração Publica, mas sem definir nem identificar a estratégia nem as medidas concretas para cumprir esse objetivo.

Estando já elaborado um efetivo Plano Estratégico de Modernização e Reforma da APR assente em 5 eixos estratégicos e com 125 medidas de ações concretas, este documento poderá constituir um solido contributo para a execução deste objetivo, e colmatar a falha de concretização e a omissão neste programa de medidas concretas também para esta área.

Senhor Presidente

Os Açores são a única Região do país que convergiu para a media de produção e rendimento da União Europeia, nas duas décadas deste seculo.

Os Açores são a única Região do país cujo valor do PIB em paridade do poder de compra, se aproximou da média europeia, desde 2000.

Os Açores são a Região do país que mais convergiu em termos de PIB per capita com a média do país, nesse período.



GRUPO
PARLAMENTAR



Partido Socialista
AÇORES

Será sempre possível fazer mais e melhor, e é para isso que aqui estamos, mas o caminho que percorremos, orgulha-nos.

Um caminho que resultou do esforço e do trabalho dos açorianos.

Um caminho que importa incrementar.

É este o nosso compromisso que assumimos com os açorianos, é este o compromisso que foi escolhido por mais açorianos, é este o compromisso que vamos cumprir.

Horta, Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2020

O Deputado Regional: Sérgio Ávila